



*Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul*  
*Comarca de Coxim*  
*Vara Criminal - Infância e Juventude*

Coxim/MS, 09 de outubro de 2015

Ofício nº 1933/2015

**Autos nº 0002418-43.2015.8.12.0011**

**Ação:** Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha)

**Requerente:** Leidiana Gonçalves de Almeida

**Requerido:** Jeremias Viana Ferreira

**Ao Ilmo. Sr. Tenente Coronel Adão Rosa dos Santos Gomes**  
**MD. Comandante do 5º Batalhão da Polícia Militar de Coxim/MS.**

Senhor Comandante:

Com o presente e para os devidos fins, encaminho a Vossa Senhoria a inclusa decisão, extraída dos autos de Medida de Proteção acima mencionado, instaurada contra o acusado **Jeremias Viana Ferreira**, Av. Mato Grosso do Sul, 1800, 9947-4199, Sr. Divino, telefone celular 9947-4199 - CEP 79400-000, Coxim-MS, CPF 021.016.051-98, RG 001423874SSP/MS, nascido em 16/03/1985, Solteiro, Brasileiro, natural de Coxim-MS, Pedreiro, pai Sivaldo Viana Ferreira, mãe Maria José Souza Nascimento, tendo como vítima **Leidiana Gonçalves de Almeida**, Rua José de Oliveira, 90, Sr. Divino - CEP 79400-000, Coxim-MS, CPF 070.560.088-28, RG 1955422SSP/MS, nascido em 31/03/1992, Brasileiro, natural de Coxim-MS, pai José Maria de Almeida, mãe Laureci Carlos Gonçalves, para conhecimento e fiscalização da medida imposta ao acusado, pelo prazo de 30 (trinta) dias a contar da decisão.

Atenciosamente.

**Gislene Cristina Minini Duarte**  
**Analista Judiciário**  
 Assina por determinação  
 Portaria nº 002/2001

Mod. 778693 - Endereço: Avenida General Mendes de Moraes, nº 70, Jardim Aeroporto - CEP 79400-000, Fone: (67)3291-1377, Coxim-MS - E-mail: cox-vcrim@tjms.jus.br,

SETOR DE CORREIO - Remessa Deste Documento			
<input checked="" type="checkbox"/>	PROTOCOLO	<input type="checkbox"/>	MALOTE SIMPLES
<input type="checkbox"/>	CORREIO SIMPLES	<input type="checkbox"/>	MALOTE COM C.R.
		<input type="checkbox"/>	CORREIO COM A.R.
			CORREIO COM A.R. M.P.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por GISLENE CRISTINA MININI DUARTE. Para conferir o original, acesse o site [www.tjms.jus.br/esa](http://www.tjms.jus.br/esa), informe o processo 0002418-43.2015.8.12.0011 e o código 2AB9FC3.



*Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul*  
*Comarca de Coxim*  
*Vara Criminal - Infância e Juventude*

**Autos 0002418-43.2015.8.12.0011 - Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha)**

**Réu(s): Jeremias Viana Ferreira**

**Vítima: Leidiana Gonçalves de Almeida**

**DECISÃO**

Trata-se de requerimento formulado pela Delegada de Polícia de Coxim, Dra. Sandra Regina Simão de Brito Araújo, em que se postula a aplicação de medidas de proteção à mulher vítima de violência doméstica e/ou familiar.

Segundo as informações da autoridade policial, a vítima, em data recente, teria sofrido ameaça de seu companheiro, o que justificaria a aplicação das medidas previstas na nova Lei 11.340/06.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Estadual opinou pelo acolhimento do pedido (fls. 11/12).

Relatei o necessário. **Decido.**

Como bem colocou o *Parquet*, a Lei 11.340/06 trouxe notório avanço no que toca à proteção da mulher vítima de violência doméstica ou familiar, prevendo um extenso rol de medidas cautelares e protetivas colocadas à disposição do magistrado para efetivo resguardo da integridade, física e moral, da vítima, de seus familiares e eventuais testemunhas.

No caso dos autos, uma vez demonstradas as agressões sofridas pela ofendida, impõe-se a aplicação das medidas postuladas pela autoridade policial, como autoriza a novel legislação protetiva.

Com efeito, a condição de mulher e de companheira é haurida da própria declaração realizada pela vítima perante a autoridade policial. A violência, por sua vez, encontra-se caracterizada por meio do referido relato, assim como pelo fato de a vítima ter procurado a polícia para registrar a ocorrência dos fatos. Por fim, sem dúvida, a espera pela 'certeza' das agressões pode



*Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul*  
*Comarca de Coxim*  
*Vara Criminal - Infância e Juventude*

tornar inócua a ação judicial.

**Pelo exposto**, com base nos artigos 18 e seguintes da Lei 11.340/06 e com o parecer, determino ao agressor que mantenha-se à distância mínima de 300 metros da ofendida, de seus familiares ou testemunhas; não mantenha contato, de nenhuma espécie, com a ofendida, seus familiares ou testemunhas.

Ressalto que tais medidas serão aplicadas em caráter de urgência, pelo prazo de 30 (trinta) dias, podendo, ainda, ser revista oportunamente, na audiência de interrogatório ou na audiência prevista no artigo 16 da Lei 11.340/06.

Deixo de fixar alimentos, pois não há nos autos documentos indispensáveis à apreciação deste pedido.

Intime-se o autor dos fatos para que cumpra as medidas determinadas, advertindo-o de que são provisórias e de que o seu descumprimento importará a sua **prisão**.

Dê-se ciência à Autoridade Policial, que zelará pelo cumprimento das medidas e, ainda, deverá imprimir andamento preferencial às investigações, as quais deverão ser concluídas no prazo de noventa dias, nos termos da Lei 11.340/06.

Intime-se a vítima das medidas impostas, advertindo-a de que deverá informar à autoridade policial o eventual descumprimento pelo autor dos fatos.

Autorizo ao Sr. Oficial de Justiça, se necessário, solicitar reforço policial para assegurar o cumprimento desta decisão.

Ciência ao Ministério Público Estadual.

Às providências e intimações necessárias.

Coxim - MS, 08 de outubro de 2015.

**Tatiana Dias de Oliveira Said**  
 Juíza de Direito